

## FOLHA POLITICA E LITTERARIA.

—SUBSCREVE-SE A 2\$500 RS. POR TRIMESTRE (13 NUMEROS) E VENDE-SE CADA FOLHA AVULSA A 200 RS. NESTA TYP.

SABBAO 2 DE OUTUBRO.

MARANHAO TYPOGRAPHIA DA TEMPERANÇA, IMPRESSO POR MANOEL PEREIRA RAMOS, NA RUA FORMOSA CAZA N. 2.

## EXTERIOR.

O SUBORNO EM FRANÇA.—SCENA ESCANDALOSA NA CAMARA DOS DEPUTADOS.

Londres, 28 de junho de 1847.

A sessão da camara dos deputados de França no dia 25 foi uma das scenas extraordinarias e mais deploraveis que tem occorrido naquella assemblea legislativa. A camara discutia tranquillamente o orçamento do ministerio do reino, quando o Sr. Emile de Girardin accusou o ministro Duchatel de ter falsificado o discurso de um deputado, e de o ter feito circular depois no paiz, á custa do thesouro, com o fim de diffamar a esse deputado. Esta accusação produziu na camara a maior desordem. O ministro do interior, levantando-se, deu um desmentido formal ao Sr. Girardin, e esse respondeu-lhe: "Ouvi o desmentido do Sr. Duchatel, e aceito-o com todas as suas consequências."

Seguiu-se uma scena de extraordinaria confusão. Os membros das duas extremidades da camara exigião clamorosamente que se procedesse a um inquerito sobre os factos referidos pelo Sr. de Girardin no dia 17, e os ministros oppunhão-se extremamente a esse inquerito. Respondeu finalmente o silencio, o Sr. Beaunier, que fôra accusado de ter offerecido 80,000 francos pelo parliato, subiu á tribuna e confessando que tinha perdido mais de 60,000 francos como accionista do jornal ministerial *L'Epoque*, protestou que nunca solicitara o parliato, que nunca lhe fôra prometido, e que nunca propozera compra-lo com dinheiro ou com outra qualquer condição. Chamado o Sr. Emile de Girardin a dar explicações, respondeu que nada tinha a retractar das suas previas affirmações.

Seguiu-se depois uma discussão sobre a venda de uma patente de theatro por 100,000 francos pagos ao cofre do jornal *Epoque*. O Sr. Odillon Barrot sustentou a exactidão da accusação, e disse que, se o ministro não tinha entrado nessa transacção, estava, pelo menos na obrigação de perseguir o tratante que a dirigio. O Sr. Duchatel sustentou que os tribunaes não tinham direito de intervir em questões de natureza parlamentar, e que o governo, cujo caracter era accusado, não reconhecia outros juizes senão "a maioria".

Tendo o Sr. de Morny insistido em vão com o Sr. de Girardin para produzir as provas da accusação, apresentou á camara a proposta seguinte:

"A camara, satisfeita com as explicações dadas pelo governo, passa á ordem do dia."

Posta á votação esta proposta, foi approvada por 225 contra 102 votos.

O *Nacional* publica da seguinte maneira o dialogo entre os Srs. Girardin e Duchatel:

"O SR. GIRARDIN:—Fizestes circular o vosso discurso e falsificastes o meu para diffamar-me.

"O SR. DUCHATEL:—Entendi que convinha publicar a sessão á custa do thesouro: nós gostamos da publicidade.

"O SR. GIRARDIN:—E eu tambem, quando é completa. A vossa publicação não é. Publicastes o que negastes, omitindo as accusações que não vos atrevestes a negar.

"O SR. DUCHATEL:—Neguei-as todas, (*Grande desordem*).

"O SR. GIRARDIN:—Aceito a contradicção com todas as suas consequências. (*Ordem! ordem!*)"

Os centros quebrão as carteiras, o presidente quebra a campainha e a esquerda rebenta os pulmões. Tal é o principio da discussão. O Sr. Sauzet (presidente) interpõe a sua autoridade paternal, e recommenda a todos que empreguem expressões parlamentares. Mas o incendio estava ateado, e o fumo já ennegrecia a tribuna. O Sr. de Girardin, tornando ao seu thema, pergunta: "Não se derão 100,000 francos por uma patente de theatro? Podeis negar-lo?"

"O SR. DUCHATEL:—Nenhuma parte tivemos na transacção.

"O SR. GIRARDIN:—As vossas contradicções são sempre as mesmas."

"OS MEMBROS DO CENTRO EM MASSA:—Outro tanto aconteceu ás vossas accusações.

"O SR. DE GIRARDIN:—Mas o ministro disse aqui que tinha sido ameaçado, e no dia seguinte foi contradicta a sua asserção.

"O SR. DUCHATEL:—Fui ameaçado indirectamente.

"O SR. DE GIRARDIN:—Provai essas ameaças indirectas.

"OS CENTROS:—Provai vós as accusações.

"O SR. DE GIRARDIN:—Queris que as prove? Aqui está a prova: a carta de uma parte interessada que deu o dinheiro, e o recibo da pessoa a quem foi pago. Se estas provas vos não satisfizerem, mandai proceder a um inquerito. (*Movimento de horror nos centros*).—Nada de inquerito! Nada de inquerito!"

O SR. DUCHATEL:—O inquerito suporia suspeita. A maioria decidirá. O Sr. Girardin repete o que disse, em repito que esses factos são contrarios á verdade.

"ALGUNS MEMBROS NA ESQUERDA:—Isso é ir muito longe!"

"O SR. DE GIRARDIN:—O Sr. Adam não se queixa porque o tendes amarrado. Não pôde pagar 25,000 francos e vós os

pagastes por elle. Existia em poder de um dos fundadores da *Epoque* um contracto em forma judicial; em virtude do qual os lucros do jornal, cuja origem não era legal, devião ser honrosamente divididos. Um tal barão Lambert redigiu um memorial em que se queixava de ter sido privado desses lucros, e vós comprastes e abatestes esse memorial por 30,000 francos."

Seguiu-se a esta accusação o mais violento tumulto, e o Sr. Duchatel declarou que não era verdade o que acabava de dizer-se. Referindo-se então aos lucros illegaes do jornalismo, disse que certos jornaes tinham sido comprados para advogar a liberdade de commercio e os caminhos de ferro.

Os centros estremeceirão de enthusiasmo. O Sr. Girardin confessou que tinha recebido 200 acções do caminho de ferro do norte, e que as tinha pago. "E a vós, exclamou elle, não vos tocáram também algumas? O ex-ministro da marinha obteve acções dessa linha."

"O SR. DUCHATEL (mostrando-se indignado):—O almirante de Mackau, a pedido do conselho retirou a sua subscrição. Um ministro interessado em taes especulações seria um caracter infame!"

Nada porém faz trepidar o ousado accusador. Volta á carga e repete as provas. O Sr. Fould declara que não foi a elle que se offereceu o parliato. O Sr. Duchatel, apanhado nessa contradicção, apressou-se a declarar que o Sr. Fould tinha todo o direito ao parliato. A esquerda sorrio-se e murmurou. O Sr. Chamolle com o maior *à-propos*, perguntou ao Sr. Girardin se persistia na mesma opinião? "Mais firmemente que nunca, respondeu elle."

(*Jornal do Commercio*)

## INTERIOR.

## PERNAMBUCO.

—A LIGA já adquirindo novas forças: cada vez mais se avigorava esse padrao de gloria do Sr. Joaquim Franco de Sá.

O dia 28 de julho, anniversario da independencia da provincia, fôra festejado pelos cidadãos, que se alistaram sob a bandeira da conciliação do modo porque, ao nosso ver, sempre o deverei ter sido: unidos, colligados e abraçados uns com os outros como se todos fôrão irmãos, esses Brasileiros distinctos, juntos em um templo da capital, sob a presidencia do Sr. desembargador Tiburcio, rolaram com o juramento o firme proposito em que estão de envidar todos os meios ao seu alcance para pôrem fim aos odios, as inimizades,

as dissidências, que outr'ora os separaram, e trabalharem de commun accordo para a prosperidade do paiz que habitam.

Não contentes com este testemunho das suas louvaveis intenções, esses homens, de quem nos gloriamos ser conterrâneos, ao saírem do templo, foram percorrer as ruas da cidade, para enche-las do rego-sijo que lhes transbordava no peito; e ao pairarem em frente ao palacio da presidencia entoaram mui patrióticos vivas; aos quaes correspondeu logo o Sr. Franco de Sá, que de uma das janellas desse palacio contemplava risonho e prazenteiro o nobre grupo que mais que muito attestava não terem sido inúteis os esforços com que se empenhara por fazer que os mais grados, os mais proeminentes, os mais assisados dos individuos que tinha de governar, se ligassem como em uma só familia, e accordo convergissem todos para o mesmo alvo—o ADIANTAMENTO, o PROGRESSO da terra em que demoram.

Terminada esta interessante scena os que nella figuraram, passaram-se para a casa onde deviam gozar da exquisita cea que lhe estava preparada; e quando ali se achavam, eis que surgem entre elles o Sr. Franco e o seu secretario, o Sr. doutor Carlos Fernando Ribeiro, que, como em retribuição da visita que havia recebido, vinham acompanhá-los no festim.

E não foi só na capital que por tal forma se festejou esse dia eminentemente nacional: em Itapocurú-Meriai e no Alto-Mearim solemnizaram-no por igual theor os partidarios da INVICTA LIGA, que, mesmo no Codo onde os *exclausistas* diziam ter a sua praça d'armas, já conta como aliados uma grande porção de cidadãos conspicuos e importantes.

(Do Diario de Pernambuco.)

## MANAUA.

—Lê-se no Progresso de 27 de Setembro um extenso e bem deduzido artigo sobre as finanças da Provincia, do qual damos aqui o extracto, por nos não sobrar espaço para reproduzi-lo todo:—

—Este ramo principal (a administração da fazenda) e importantissimo do serviço estava um cahos: *acautellava-se* quando muito nos papeis officiaes os dinheiros publicos—mas não apparecia ali nessa multidão de ordens ao Thezouro uma só medida de economia, si quer ao menos sobre o melhor modo de fiscalizar ou arrecadar as rendas da Provincia. Nada, absolutamente nada!....

O Sr. Franco de Sá fez-se então Inspector do Thesouro, e ali de accordo com um empregado de subido alcance dessa repartição—que não o Inspector que era supinamente inepto e dava informações inexactas senão de todo falsas—procedeo aos exames mais minuciosos, aos estudos mais conscienciosos afim de livrar a Provincia da banca rota—fa-ludense—que, a continuarem as cousas como iam, li se avistava nas trevas do futuro, não muito longa, squida, tremenda, a cambiar a passos agigantados para perturbar a paz e a prosperidade de numeroissimas familias. Devia de existir, no fim do anno financeiro de 1846—1847 um deficit de 178 contos! A receita, calculada para o anno corrente estava muito áquem da despesa fixada!....

Era preciso fazer cessar este deploravel estado de cousas: Como? os meios fiscaes foraõ e tem constantemente sido empregados pelo Governo—porem os meios licitos só per si são insufficientes.

O Sr. Franco de Sá suspendeu o pagamento das dividas anteriores ao anno de 1846—1847—para o qual havia authorização sem fundos consignados; uzando rigorosamente de restrictas economias deo glos pes decizivos nas despesas sem que com isso soffresse o serviço publico:—reduzio as praças do Corpo de Policia, e Guardas Campestres:—e entrando na mais escriptulosa fiscalização annullou despesas, que, com quanto liquidadas, seriaõ feitas impropriadamente com lezão do Thesouro:—tomou todas as providencias regulamentares, que cabião na alçada da presidencia, para a melhor fiscalização e arrecadação das rendas provinciaes: activou os exactores: encarregou a outras auctoridades territoriaes de fiscalizar—os tambem obrigou os Juizes a remetterem tabellas demonstrativas do estado dos inventarios legatarios; origem de uma grande divida até hoje desconhecida: regulou emlin a cobrança da decima urbana de modo que fosse feita dentro do anno proprio da Lei; emendando nesta parte o Regulamento de Fevereiro de 1845 pelo qual a metade desta receita era arrecadada em atraso—como divida activa. Estas e outras acertadissimas medidas do Governo produzirão no deficit uma avultada diminuição—de 35 contos—como o demonstraremos logo:—mas não o podião destruir, ou annullar.

Era pois manifesta a necessidade de augmentar se a renda não somente para fazer face ás despesas no corrente exercicio, como tambem e principalmente para solver-se a enorme divida que peza sobre a Provincia. E para o provarmos mathematicamente por algarismos remontemo-nos ao anno financeiro de 1846—1847. A Lei Provincial de n. 205 que regulou a receita e a despesa para esse anno foi em parte alterada pela de n. 220; e em resultado apresenta o estado financial da Provincia como se segue.

Despesa decretada deduzido o ordenado do Secretario do Governo. 218:570\$962

Augmento resultante de não haver sido sancionada a Lei de fixação de forças. 21:855\$050

Culto Publico Parochial. 26:198\$090

Divida passiva até o ultimo do Julho de 1846. .... 140:000\$000

406:623\$012

Receita orçada. .... 200:864\$209

Suprimento pelos Cofres

Geraes. .... 21:150\$000

228:014\$209

DEFICIT. .... 178:008\$803

Acrescentai ainda—a despesa para o corrente anno foi pela Lei n. 220 fixada em 227 contos; a receita montaria quando muito á 210—e ali tereis o quadro deploravel, mas verdadeiro do estado em que jazia a Provincia—mais deploravel ainda se quizerdes acreditar que em toda aquella somma de copios de reis votados para despesas deste anno não havia a mais pequena consignação para obras publicas, para melhoramentos materiaes da Provincia!... Pelos seus incessantes e reiterados esforços o Sr. Franco de Sá conseguiu diminuir muito tão extraordinario deficit—e o fez do modo seguinte.

Pagou durante o anno passado. .... 42:000\$000

Pagou com rendas calculadas para o corrente anno—no trimestre complementat estabelecido pelo seu Regulamento de 19 de Junho ultimo. .... 25:000\$000

Pelas medidas de economias, annullações que deixamos apontadas. .... 35:000\$000

Pelo que passou a ser pago no corrente anno—em virtude do art. 22 da Lei Provincial n. 234. .... 24:000\$000

123:000\$000

Ficando destarte o deficit dos 178 contos reduzido ácerca de 55—dos quaes só restão 10 por liquidar—

Diremos de passagem ao Observador que se contentou de consignar somente que a divida passou de 140 a 60 ou 70 contos de reis sem indicar o modo por que isto succedeu—que é esta a explicação da redução do deficit; notando-lhe ainda mais de passagem, se é possível, que admitindo mesmo as reduções como as calcula o contemporaneo com todos os seus defeitos—na somma de 40:184\$905; seria a despesa neste anno de 1863:703\$545; e não de 166:979\$545; no que vae um *pequeno erro de diminuição* da folha da opposição de 15:991\$000!....

A doutrina do *quasi* não pode ter cabimento quando se tracta de calculos arithmeticos cuja unica beza para merecerem plena confiança é o rigor; e o *quasi* é contrario ao rigor. Era por conseguinte evidentemente manifesta a necessidade de augmentar as rendas da Provincia. Era força recorrer á novas imposições:—foi essa uma necessidade terrivel—creada não pela actualidade, mas pelos erros do passado—e nós acceptamos a situação tal como nos foi legada. Cumpria porem escolher imposições tais que sendo iguaes e pouco onerosas para os contribuintes, e assentando sobre a maxima base tributavel fossem ou aceites pelo tempo e costume, ou justificaveis pelos fins a que erão applicadas.

Neste ultimo caso está principalmente o imposto de 200 reis sobre cada alqueire de arroz exportado em casca—que pouco ou nada renderá para os cofres publicos, mas hade evitar a continuação dessa exportação; que fazendo-se em maior escala o anno passado pelo grande pedido de Inglaterra—á não ser esta Lei, continuaria assim, embora não existissem hoje as causas de maior procreta d'aquella mercaderia, para alimentar somente as fabricas inglezas com esmorecimento senão morte desta nossa industria nascente.

Se bastão as fabricas existentes trouxe esta imposição a vantagem de lhes dar a ellas a preferencia do trabalho; e se não são sufficientes, novas fabricas se hão de estabelecer necessariamente, como já estão—em qualquer dos casos a Provincia lucra.

Tres são as imposições que mais avultão; analyzemo-las:—160 reis sobre cada arroba de assucar não produzido na Provincia.

Não pôde este imposto produzir reprobrias contra o assucar, seria antes elle mesmo uma reprobria: pois que em Pernambuco e no Pará, consta-nos, existem desde



muito direitos differencias sobre mercadorias de nossa Provincia: não o queremos porer considerar assim, seria isso uma argumentação mesquinha: além de infundada, pois que essa imposição recabe sobre o consumo e não sobre a produção. O contemporaneo não contesta o direito da Assembleia Provincial em lançar esse tributo—nega porém sua utilidade. Fora o mesmo que negar—(o que está exuberantemente demonstrado)—toda a vantagem da nova industria agricola sobre a antiga—da cultura da canna sobre a do algodão—tanto importa não querer que se empreguem os meios de auxiliar e promover a realisação deste movimento industrial, já entre nós principiado.

A classe agricola está habilitada para tentar a empresa arriscada da mudança de um systema agricola por outro—podem necessita ella de protecção e mais decidida, da mais ampla animação para effectuar as mudanças em grande escala: e poder arrostar com as difficuldades e excessivos dispendios de uma tal transição: foi precisamente o que fez a Lei—protegeo decidida e amplamente a classe agricola—E deficit subindo o preço do assucar por virtude desta imposição, e não sofrendo o seu consumo diminuição sensivel he evidente que será esse um poderoso meio de compensar o lavrador dos grandes capitais que empregar em montar os novos estabelecimentos industriaes—Alcançado este resultado deve e hade cessar a imposição.

Direitos de 350 por cada couro indistinctamente, e 175 por cada vaqueta que forem exportados.

Os meios de fiscalisação lembrados ou praticados, ainda os mesmos do *Obseruador*, na discriminação da qualidade ou origem daquella mercadoria erão incapazes de evitar o contrabando diário que se fazia em sua exportação—com incalculavel detrimento das rendas publicas:—não houve traça que se não imaginasse ou empregasse nessa escandalosa defraudação—Espana ver a fertilidade de processos mais ou menos engenhosos, que foram descobertos ha bem pouco tempo pela commissão encarregada dos exames relativos a esse contrabando.

Cumpra por cobro nesta violação da Lei e da honra—o meio unico, e absoluto era, mudar a natureza da imposição ad valorem por uma taxa directa—foi o que fez a Lei—Tanto mais digna de bom acolhimento, e essa taxa, quanto a ella muito mais suave do que o antigo imposto de 15 por 0/0 sobre o valor dos couros:—calculado nesta razão e segundo a regra existente sobre semelhante avaliação, este imposto seria de 376 reis, e a taxa de 350 somente:—ainda nisto a Assembleia Provincial protegeo o commercio da Provincia—o commercio heito, o contrabando, esse foi ferido de morte!...

Ainda mais, o commercio em vai buscar os couros as Provincias vizinhas, incluindo-se em nossa produção, e como taes sujeita-se a taxa imposta—ou de la mesmo exportará, se nisto lhe for mais vantagem: a differença das despesas indicará o meio a seguir e em nem hum dos casos o nosso commercio soffrerá.

Passemos a mostrar de que a *boa e bemfazeja gente da opposição* finge toda horrorizar-se—o restabelecimento dos 2 por 0/0 na exportação do algodão.

Em 1844 foi o imposto sobre a exportação do algodão reduzido a 3 por 0/0, e o preço do algodão desceu, e conservou-se sempre em despreciação:—em 1847 e de novo restabelecido aos 5 por 0/0 que era, o algodão subiu a um preço como nunca se esperava! Logo este imposto nada induz os lucros individuaes—que não dependam da situação do mercado da Inglaterra—principal e quasi unico consumidor deste nosso genero.

A abolição desta imposição prejudicou, sem proveito sensivel para o lavrador, a nossa renda provincial, ja de si tão deprimida:—esta verdade foi reconhecida pelos homens mais entendidos nesta materia como os Srs. Rafael de Carvalho, e Modra Magalhães que constantemente reclamavam do poder legislativo da Provincia o seu restabelecimento.

Ella está recebida pelo tempo, sancionada pelo costume; e assentando sobre a mais extensa base tributavel dos productos da Provincia dá em resultado uma renda avaliada para occorrer ás despesas publicas—reúne por conseguinte todas as condições de uma boa e proveitosa imposição.

—Rezumindo pois diremos—A imposição é um mal, conviria antes que o dinheiro estivesse na algibeira do individuo, do que entezourado nos cofres do paiz! pois bem, esse mal attenua-se até sumir-se quando os productos da imposição se convertem em instrumentos de novas riquezas publicas—O systema de imposições da Provincia tem defeitos! nós os reconhecemos; defeitos que tambem existem em todos os systemas de imposições do Imperio—geraes e provinciaes:—cumpria mudal-o! porém como e quando? as condições das epochas que hão-de vir, nol-o indicarão.

O que não contestaes, e nem o podeis fazer, é que pelos vossos erros no passado tivemos a necessidade de recorrer a novas imposições:—que houve a mais escrupulosa justiça e razão na escolha das imposições,—o que com o producto dellas nós vos asseguramos um futuro mais li-songeiro do que o passado que nos legastes.

Não podemos acabar com nosco sem que apresentemos o estado do anno financeiro corrente regulado pela Lei n. 220 alterado pela de n. 234.

Despesas decretadas—deduzidas as com o Secretario do Governo e Cathedral.... 199:577\$145

Divida mandada pagar pelo art. 22 da Lei Provincial n. 234..... 21:30\$8472

229:370\$617

Receita orçada segundo as alterações da Lei n. 234, e novas medidas fiscaes—deduzida a renda que foi applicada para pagamento do serviço do anno findo—no trimestre complementar..... 298:591\$268

SALDO A FAVOR DA PROVINCIA..... 77:330\$615

Eis ahi o resultado da *ominosa* Lei! Temos 77 contos de reis para serem applicados aos juros e amortizações da divida atizada, e nas outras publicas que forem julgadas mais convenientes d'entre as authorizadas ao Governo.

## CORRESPONDENCIA.

Sr. Redactor.

Desde que ha imprensa em nossa provincia, desde que principiam a apparecer nella jornaes em sentidas oppositos, nunca houve um nem mais mal escripto, nem mais immoral que o—*Estandarte*.—Occupar-me-hei por agora de responder ao n.º 15 d'esse paizim da parte relativa aos acontecimentos do dia 7 do corrente na villa do Itapucurá-mirim. Assevera esse miseravel falsario, que o partido—*bahiano*—ou camarilheiro—estava naquella dia festejando no Itapucurá o anniversario de nossa independencia com mais de 350 pessoas! o que a liga—apenas contaria umas 60, inclusive o destacamento! Assevera mais, que ouso, esta minoria atacar aquelle numero concurso de cidadãos honrados com facas, cacetes, calavimotes &c. &c.! E preciso ter perdido o menor vislumbre de vergonha para avançar uma semelhante proposição! Haverá alguém de boa fé no Itapucurá-mirim que negue que em todo o dia 6 o 7 do corrente reconcentraram-se em suas casas esses 8 ou 10 camarilheiros da villa a ponto de nem ao menos irem ao Te-Deum do segundo dia? Acaso não é esta recusa uma prova do quanto se reconhecem inferiores? Para que Srs do *Estandarte* mentir tão despedaçadamente? Proximo está o 7 de novembro, então vereis por terra as vossas mais caras esperanças.

Não seria mais aceriado que guardas-seis um profundo silencio sobre os disturbios dos vossos correligionarios do Itapucurá? Como vos atreveis a negar que a aggressão partiu d'elles, muito inferiores em numero, ao grande partido da—liga—que ali domina? Não foi por ventura esse escandaloso attentado preparado pelos Srs. Dr. Ribeiro, Cassandra, Henriques Viana, Wenceslau, Guimarães e Lima? O mesmo Sr. Dr. Ribeiro não confessou perante cidadãos respeitaveis, e com a boa fé que lhe é proverbial, que não lhe foi ultimamente possível obstar ao encontro? Acaso se pode suppor que uma reunião que tinha a sua frente o juiz de direito, o delegado, o padre vigario, o promotor publico, e os de mais cidadãos da primeira ordem do termo quizessem dar principio a uma balaia? A liga não convem porque está em maioria, porque tem por fim o melhoramento da provincia, a vos sim convem revolucionar o paiz, para pescardes nas aguas turvas... Mas enganai-vos.

Confessi camarilheiros do Itapucurá não mandastes vir das vizinhanças assalariados, para perturbarem a tranquillidade publica no dia 7? Todos enfiados d'isso enfiara o negueis, e foi por isso que pudesdes reunir um grupinho de 70 a 80 individuos, que recoum ante o grande e numerozo concurso de honrados que acammettidos traizneiramente por vos sobre repelli-vos com indignação até as casas mortuarias, até o interior do vosso quartel general! Como explicareis o desaparecimento do vosso grande partido logo na manhã do dia 8?

Cabe dar aqui de passagem mil lauros aos desonrados chefes da liga os Srs. Pereira de Castro, Arnão Lisbon, Pinheiro, Nunes Paes, Manoel Altino, Rodrigues Nunes, Dr. Berredo, Dr. Esquivel, Gomes, &c., que com tanta moderação

energia repelliram os insultos do Dr. Ribeiro de eterna memoria nos annes de Caxias, dos Guimarães, Cassandras et reliqua.

Dona aqui fim, Sr. Redactor, porque me vou tornando estonso, e lembrarei por ultimo a estes Srs. que não abusem da prudencia com que nos distinguimos em 7 de setembro, porque essa se pode esgotar, e em 7 de novembro mal haja essa turbulenta minoria camarilheira se intentar reproduzir as scenas de setembro. A Deus, Sr. Redactor.

*O ligueiro Itapucuruense.*

## A REVISTA.

### A camarilha e a sua imprensa.

—A imprensa da liga tem constantemente dado o exemplo do bom senso, moderação e amor a verdade que devem presidir ao jornalismo de um povo civilizado, como o attestao as suas gazetas, fugindo de toda a especie de questões pessoas odiosas, empregando nas discussões linguagem commedida e decente, e reproduzindo os factos sem os desfigurar ou alterar. A imprensa da camarilha, pelo contrario, personalisa, insulta, injuria, calumnia, mente, desfigura, adultera, fazendo prova, em suas publicações, do cynismo, demencia e má fé de que se acha possuida. Só por este contraste se pode ajuisar da indole dos dois partidos, e da moralidade de seus chefes.

Causa indignação, ou antes asco, ver o como o Estandarte, o Observador, o Bemtevi e o Homem do Povo, prostituem o nobre mister de escriptor publico, manchando-se com todo o genero de excessos e torpesas. As calumnias as mais revoltantes, as falsidades as mais abjectas, as mentiras as mais descaradas, de mistura com não pequena doza de insultos á primeira authoridade da provincia, e cidadãos mais respeitaveis della, eis o que de ordinario se propala em taes escriptos, em monoprospeo das leis e costumes da sociedade que se intenta proverte!

Relatando os successos que tiveram lugar no Itapucuru-mirim no dia 7 de Setembro, o Observador que em inverter e mentir não cede a palma a nenhuma dos outros 3, faz do preto branco e do branco preto, em ordem a agradar a camarilha de quem se constituiu aliado ou subdito. Não foram os camarilheiros que atacarão os ligueiros, mas os ligueiros que atacarão os camarilheiros, e os acutilharão apoiados no destacamento. Isto viu o contemporaneo de uma carta do Itapucuru, escripta por pessoa de muito merito, e que pouco differo do Estandarte. E' preciso ter *coragem* para escrever estas coisas contra o testemunho de quasi todo o Itapucuru-mirim que mandou para cá representações, narrando os factos no sentido em que os expozeram as folhas ligueiras. Mas nada deve admittir no Observador que ja teve a *coragem* de dar como aggressores os ligueiros desta cidade na noite do mesmo dia 7, quando os camarilheiros nos derão o espectáculo das barricadas em S. João. O testemunho de uma villa que elle hoje contesta é certamente menos importante, que o testemunho de uma cidade como esta, o qual então contestou.

O facto é este: ao sabirem do Tedemim que celebrariam no Itapucuru-mirim pelo anniversario da independencia do Brasil, foram os ligueiros informes atacados por um grupo armado de facas e cacetes, vindo da parte da casa do Sr. Wenceslau, e capitaneado pelo entiado deste e outros. Alguns officiaes da guarda nacional, os unicos dos ligueiros que tinham armas, contiverão o impeto dos aggressores, defendendo-se com suas espadas, e ferirão no conflicto a 3 ou 4, o que foi bastante para dissolver-se o grupo aggressor. A aggressão pois está toda do lado dos camarilheiros que, a falsa fé e de caso pensado, foram atacar a homens que nemhumas tencões tinham de offend-los, nem se achavam para isso preparados. Isto é o que o Sr. Candido Mendes inverte, *fiutando na carta da tal pessoa de muito merito*; e se bem que o testemunho de um só não possa destruir o de cento e tantos que vem assignados na representação, narrando o facto como o contamos, ainda assim devemos observar ao Sr. Candido Mendes que, para que esse testemunho singular o seja, é necessario que elle publique a carta com o nome do seu author, afim que se possa avaliar o peso tanto de uma como de outro.

O que porem é por demais extraordinario é a seguinte consequencia que o Observador tira desse testemunho singular *incognito*:—Mas outro não podia ser o resultado dos planos do Sr. Franco de Sá, desde que nomeou os Srs. Sebastião José Pereira de Castro Sobrinho para delegado de policia, e o alferes J. X. Pestana para commandante do destacamento—. E de notar que o Sr. Castro é suppleto de delegado proposto ainda pelo Sr. Cerqueira Pinto e se acha servindo por demissão do Sr. Wenceslau, em razão de não ter o Sr. Cerqueira querido propor para taes logares senão opposicionistas decididos. O Sr. Franco de Sá não fez senão collocar-o em 1.º lugar na ordem dos suppletes, seguramente porque lhe merecia mais confiança que os outros nomeados. Quanto ao Sr. Pestana, esse não interveiu no conflicto que foi repentino, nem tão pouco o destacamento apoiou os ligueiros, como falsamente diz o Sr. Candido Mendes *escorado no testemunho singular*. Mas o que queria o Observador que fizesse o Sr. Castro, vendo-se agredido pelos assassinos da camarilha? Que se deixasse esbolear e esfriar, sem defender-se? Creia o contemporaneo que nem todos são tão mansos de coração, que levando uma bofetada n'uma face, olheçam a outra, segundo o preceito do divino mestre. O crime pois do Sr. Castro é não se ter deixado esfriar, como esteve a ponto de o ser, porque, segundo os camarilheiros, o sangue desse cidadão devia ser espargido em satisfação á demissão do Sr. Wenceslau Bernardino Freira.

Esta atroz aggressão foi effeito de plano de antemão concertado pela camarilha, como se conclue da aggressão operada nesta cidade, e das tentativas de aggressão em Viana e no Brejo, todas realisadas no mesmo dia 7 de Setembro. Admira que haja cabecas tão loucas que concebesssem essas aggressões sem fim algum aparente, mas o facto ahí está para demonstrar a realidade do plano, e contra factos não valem argumentos. Tendo a certeza de perder as eleições por se achar reduzida a insignificante minoria, desde

muito que apella essa facção odienta o mesquinho para o emprego de meios reprovados, como motins na assemblea provincial, jogo de pedra em occasião de reuniões populares, roubo de urnas, falsificação de actas &c. &c., a ver si consegue pela violencia ou pela trapaça aquillo que não pode obter das sympathias do paiz. Além de que move ella com anticipação semelhantes disturbios, segundo se collige da linguagem unisona de seus jornaes, para lançar *esse borrão* na illustrada administração do Sr. Franco de Sá. Mas inteiramente desapontada em suas esperanças, não tem feito com todos esses desatempados e loucuras, senão perder-se cada vez mais na opinião publica, e dar rasão contra si a administração e a liga que a apoia.

Uma opposição destas, que tanto tem de inconstitucional como de extravagante, já está previamente julgada, na grande preponderancia que em todos os pontos e recantos da provincia exerce a liga, organizada no principio do governo do Sr. Franco de Sá. O immoral sythema adoptado pelos seus jornaes, de insultar, calumniar e mentir, é a prova mais evidente do desespero e fraqueza em que ella se acha. Quem tem consciencia de sua força não precisa recorrer a meios tão infames como esses. Não está longe o dia 7 de Novembro, dia dos desenganos; o então terá a camarilha na decisão das urnas a merecida reprobção de seus excessos.

Esta resposta que damos ao Observador sobre a historia dos successos de 7 de setembro no Itapucuru-mirim serve também para o Estandarte, de quem o Observador neste caso foi apenas mero repetidor, ou uma segunda edição, assim como o Estandarte já tinha sido o repetidor do Observador no caso das barricadas de S. João. Estes dois *puritanos* são irmãos ás direitas, e pouco differem nas feições, como membros que são da mesma familia e tão chegados em parentesco; pois si o Estandarte ou irmão mais velho é mais virulento e insultuoso em sua linguagem, o Observador ou irmão mais moço leva-lhe talvez as lampas no sangue frio com que calumnia o mente.

## AVISOS.

João Jozé de Lima vende a botica que comprou a Jucundino Antonio da Silva, no largo da Conceição, por muito menos do que lhe custou.

Lopes de Souza & Teixeira compraram para o Sr. João Raimundo Pereira da Silva, de Viana, o bilhete n.º 2713 da loteria dos Educandos Artífices, proximaemente a extrahir-se. Maranhão 27 de Setembro de 1847.

No Armazem de Antonio Pedro dos Santos na rua do Giz n.º 20 se vende por commodo preço, e seguinte chegado de Lisboa no Brigue Urbana; geleia e quartos de marmello de superior qualidade, e doce de pecego, guia, figo e abobora, tudo em frascosinhos. Maranhão 23 de Setembro de 1847.